de pagar importância superior à que lhe caberia se só a sua reclamação tivesse sido deduzida.

§ 2.º No caso do artigo 5.º o interessado cuja reclamação for processada em separado não ficará obrigado a custas superiores às que lhe competiriam se a sua reclamação tivesse sido apreciada conjuntamente com as outras.

Art. 26.º Corrigido ou efectuado o depósito em harmonia com a decisão do tribunal colectivo, seguir-se-ão os trâmites relativos à atribuição da importância da indemnização aos diferentes interessados, nos termos da legislação em vigor.

Art. 27.º Qualquer interessado tem a faculdade de requerer a todo o tempo, quer antes, quer depois de iniciado o processo de recurso, vistoria *ad perpetuam rei memoriam*, destinada a fixar os elementos de facto que possam desaparecer e cujo conhecimento interesse ao julgamento do recurso.

§ único. A esta diligência, e bem assim à diligência análoga prevista no n.º 8 da base xx da lei n.º 2:011, de 2 de Abril de 1946, sobre organização hospitalar, é aplicável o disposto no artigo 525.º do Código de Processo Civil, notificando-se, para os efeitos do mesmo artigo, a pessoa que chefiar os serviços da entidade expropriante que tiver a seu cargo a efectivação da expropriação e o Ministério Público. Cabe ao juiz tomar as providências necessárias para que esta diligência, que é urgente, possa realizar plenamente o seu fim.

Art. 28.º Este decreto entrará em vigor no dia 1 de Outubro de 1946.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Agosto de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Gonçalves Cavelheiro de Ferreira* — *Augusto Cancellia de Abreu*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Inspecção do Comércio Bancário

Secretaria

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho de S. Ex.ª o Ministro das Finanças:

Estando regulada por acordo entre os Governos Português e Norueguês, assinado em 16 do corrente mês, a forma de liquidação dos créditos e débitos abrangidos pelas disposições do decreto-lei n.º 30:434, de 14 de Maio de 1940, deixa de aplicar-se à Noruega, a partir daquela data, o regime do mesmo decreto-lei.

Inspecção do Comércio Bancário, 24 de Agosto de 1946. — O Inspector, *João Baptista de Araújo*.